

A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E INTELECTUAL NO CAMPO DA POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL: DIÁLOGO COM CLEITON DE OLIVEIRA

BRUNO PUCCI

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

MARIA NAZARÉ DA CRUZ

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Cleiton de Oliveira formou-se em Pedagogia na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) quando ainda era Faculdade de Educação, em 1970; seu mestrado em Educação/Administração Escolar também foi realizado na Unimep, em 1983, e o doutorado em Educação, na Unicamp, em 1992. Começou sua vida docente em 1964, inicialmente lecionando em escolas de 1º grau, durante 13 anos. De 1973 a 1986, trabalhou como docente no departamento de Educação da Unimep; nesse período foi professor de disciplinas chamadas “pedagógicas”, chefe do departamento de Educação, coordenador do curso de Pedagogia e diretor do Centro de Ciências Humanas, além de ter atuado como vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Adunimep). Entre 1983 e 1988, foi dirigente municipal de educação em Santa Bárbara d’Oeste e também responsável pela fundação do Museu da Imigração, até hoje em funcionamento no município. Foi membro fundador da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) (1986), tendo sido presidente do conselho da entidade no estado de São Paulo (1986-1988). Atuou como conselheiro do Conselho Estadual de Educação por diversos períodos, entre 1989 e 1991. De 1976 até sua aposentadoria, em 1995, trabalhou como docente e pesquisador no Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na graduação e pós-graduação, tendo exercido o cargo de coordenador dos cursos de licenciatura de 1992 a 1995. Ainda em 1997, lecionou na Universidade de Sorocaba (Uniso). Reingressou na Unimep em 1998 como pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, do qual foi coordenador de 2007 a julho de 2009. Deixou a Unimep no final de 2012. Participou da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) desde o início da década de 1990, tendo sido diretor da sessão estadual – estado de São Paulo – pelo período de quatro anos na década de 1990; foi membro do Conselho Fiscal de 2008 a 2011 e secretário da diretoria nacional. É também membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Durante sua

vida acadêmica, orientou 36 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado. Publicou 15 artigos científicos, 5 livros e 22 capítulos de livros.¹

Entrevistadores: Prezado Prof. Cleiton de Oliveira, é com muita satisfação que gostaríamos de iniciar essa entrevista perguntando-lhe onde nasceu? Como foi sua infância e adolescência? Qual era o ambiente sociocultural, político e religioso no período de sua infância e adolescência?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Millôr Fernandes, com a agudeza que lhe era peculiar, alertava-nos que “todo autorretrato é sempre colorido”. Atento ao não carregar nas cores, procurarei responder. Nasci em Santa Bárbara d’Oeste, família de classe média baixa, tendo estudado em escolas públicas. A cidade era bem pequena, a Igreja Católica fazia-se presente e, politicamente, predominava o conservadorismo. Aos 16 anos, em virtude do falecimento de meu pai, passei a trabalhar no depósito de carvão da família; posteriormente, trabalhei no escritório de uma grande empresa e, por alguns meses, na Caixa Econômica Estadual. Deixei este último emprego em setembro de 1964 porque fui aprovado como professor primário no primeiro concurso de provas e títulos realizado no estado de São Paulo.

Entrevistadores: Você foi docente em escolas de 1º grau durante 13 anos, a partir de 1964. Como foi sua formação como docente na escola normal? Que experiências pedagógicas e que perfil de professor mais o marcaram?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Ao terminar o antigo ginásio, fui conduzido à escola normal por ser um curso profissionalizante e ser professor era considerado no meio em que vivia. Lecionei, inicialmente, baseando-me no curso que frequentara, nas aulas que acompanhei como estagiário/professor substituto e nas conversas com outros docentes. Foi uma época em que se valorizava muito a concretização e manuseio de materiais; sofriamos a influência do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (Pabae). Na época, vários professores foram marcantes, dentre eles destaco a professora de Prática de Ensino, Profa. Ariz Maria Vicente, que nos possibilitou acesso aos materiais citados, e uma docente que alfabetizava sem o uso de cartilha: Profa. Ruth Garrido Roque. O domínio do conteúdo e a forma de trabalhar destas docentes me impressionavam muito.

Entrevistadores: Durante os 13 anos como docente da educação básica você viveu experiências educativas diferentes, em cidades diferentes do estado de São Paulo. Conte um pouco dessa sua rica trajetória vivida nesse período. Como era ser docente de escolas primárias nessa época?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Estávamos nos anos 1960 e 1970: ser professor era considerado importante. Eu lecionava e morava na zona rural, e, nos finais de semana, ia para a cidade; em Oriente, onde iniciei como professor efetivo, o barbeiro guardava os jornais da

¹ O *curriculum vitae* do Prof. Dr. Cleiton de Oliveira pode ser encontrado em: < <http://lattes.cnpq.br/2629972219047844>>.

semana para que eu lesse aos sábados; ao entrar na barbearia ele fazia questão de contar aos demais que eu era professor. Depois, fui removido para Socorro. Tal como na experiência anterior, fui lecionar na zona rural em classe multisseriada. Lecionei, também, nos municípios de Pedreira, Americana e Santa Bárbara d'Oeste. No último, vivi uma experiência muito interessante porque a escola tinha uma inovação – era experiência do Grupo Escolar-Ginásio –, que veio a preparar o caminho para o ensino fundamental de oito anos, conforme seria proposto, posteriormente, pela Lei nº 5.692/71.

Entrevistadores: Você fez seu curso de graduação em Pedagogia na Unimep, de 1969 a 1972. Como era a Unimep e o curso de Pedagogia nesse período? O que mais o marcou em sua experiência formativa no curso de graduação?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Esse foi o período de grande expansão do ensino superior, multiplicando unidades pelo interior e com aulas no período noturno, possibilitando conciliar trabalho e estudo. Os professores eram, em geral, recrutados no ensino secundário; lembro-me que apenas dois deles eram mestres e uma docente cursava o mestrado na USP. Nessa época o curso de Pedagogia sofreu uma grande transformação com a criação de *habilitações*, o que mais tarde veio a ser conhecido como período tecnicista. Estudávamos as taxonomias, aprendíamos com o microensino, era dada muita importância à forma de redação dos objetivos educacionais...

Entrevistadores: Como concebe a docência nos cursos de graduação e o que considera significativo na experiência pedagógica de sala de aula?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: O que garante a aprendizagem? O entusiasmo, o interesse, o diálogo, enfim, o encontro docente-discente. Porém, dependendo do número de alunos, de condições da infraestrutura, do horário das aulas, do tempo para o estudo fora da sala de aula, nem sempre o ensino tem o sabor da descoberta, de completude que o aluno pretende. Então, o ensino pode tornar-se maçante, massacrante, torturante.

Entrevistadores: Como analisa o debate entre educação e ensino e a tendência a querer subordinar a educação às questões de ensino? O que isso pode significar para a formação dos docentes da educação básica?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Estamos vivendo um período em que a preocupação é com a competência, com o empreendedorismo e com o desempenho do aluno nas avaliações externas. Temos o Pisa, Prova Brasil, Ideb, Saesp e, conforme o município, há também provas gerais... Passa-se o período letivo preparando-se para essas provas; o currículo sofre uma inflexão no sentido do que “cai” e do que não “cai” nas avaliações. Não proponho o fim das avaliações, porém elas não podem ser o fim da educação.

Entrevistadores: Considera um falso debate o tema da formação cultural *versus* formação profissional? Por quê? Como a educação pode enfrentá-lo reflexivamente?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Considero esse debate falso porque o profissional é um

cidadão inserido no meio cultural, produtor de conhecimentos, e deve ter condições de usufruir bens culturais. A educação não pode restringir-se à formação de mão de obra, desconhecendo a dimensão humana. Entendo que só sairemos da dependência quando revalorizarmos essa dimensão, quando problematizarmos a realidade e quando resgatarmos os avanços nas diferentes áreas do conhecimento.

Entrevistadores: Você fez seu curso de mestrado na Unimep, em 1983, e o curso de doutorado na Unicamp, em 1992. Posteriormente, você trabalhou como pesquisador e orientador na Unicamp e na Unimep durante muitos anos. Quais foram os temas de suas pesquisas nesses dois cursos? Essas experiências de pesquisa influenciaram suas investigações posteriores e atuais?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Entendo que a área e, em especial, a temática de pesquisa devem responder ao nosso interesse, às questões que nos afetam e que exigem resposta. No mestrado, minha dissertação foi sobre a Unimep, essa era minha experiência e o local de meu trabalho.² A partir de 1983, fui ocupar o posto de dirigente municipal, e desde então tenho me debruçado sobre a questão da descentralização na área da educação, sobre a municipalização do ensino e suas implicações; este foi o tema da pesquisa de doutorado.³ Nem sempre é possível orientar exatamente nesta área; por razões diversas, não foram raras as vezes em que orientei outras questões e temáticas, porém mantendo-me nas grandes áreas da política educacional e da administração educacional.

Entrevistadores: Como era cursar o mestrado e o doutorado nas décadas de 1980 e 1990 e como você vê esses dois cursos nos dias de hoje? É possível conciliar formação de pesquisadores com a redução do tempo de estudos?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: A situação era bem diferente. Não havia um tempo limite. Demorei cerca de oito anos para concluir o mestrado; isso, em função da necessidade de conciliar estudo e trabalho, bem como de adaptação ao nível do curso, tendo em vista a graduação que tivera, na qual a pesquisa praticamente não era desenvolvida. Vejo com muita preocupação o limite temporal. É muito difícil, principalmente no mestrado na área de humanas, concluir a dissertação no período de dois anos ou dois anos e meio. Temos que considerar que nem sempre os alunos vêm preparados da graduação; há os que provêm de outras áreas, há os que precisam conciliar estudo e trabalho – o tempo torna-se escasso em todos os casos.

Entrevistadores: O que é mais relevante na formação de novos pesquisadores? Qual é sua reflexão sobre a dicotomia que se tem estabelecido entre pesquisa e ensino, principalmente nas últimas décadas?

² Análise crítica de uma experiência universitária: o caso da Unimep, 1983. Orientador: Newton Cesar Balzan.

³ Estado, município e educação: análise da descentralização do ensino no estado de São Paulo (1983-1990), Unicamp, 1992. Orientador: Newton Cesar Balzan.

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Para a formação de novos pesquisadores, julgo ser importante o estudo aprofundado da temática em análise, o despir-se de explicações mágicas, de *slogans* e jargões, o domínio dos procedimentos metodológicos e o compromisso ético e social. A dicotomia explica-se pelo fato de valorizar-se a pesquisa e a produção bibliográfica em detrimento do ensino. Ainda se julga que basta ser um bom pesquisador para, automaticamente, tornar-se um bom professor.

Entrevistadores: Como analisa a pós-graduação brasileira, especialmente na educação e áreas afins?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Se compararmos com os anos de 1960/1970, e até parte de 1980, verificamos que houve uma dupla evolução: multiplicaram-se as abordagens metodológicas e ampliaram-se as áreas temáticas, por um lado, de outro, o número de programas, em diferentes regiões do País, cresceu consideravelmente. Porém, ainda enfrentamos problemas, mais ou menos localizados, quanto à qualidade dos cursos e das dissertações e teses.

Entrevistadores: O que considera nuclear na inserção social da pesquisa e da pós-graduação?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: No meu entender, são fundamentais: o conhecimento da produção do campo, o estudo da realidade educacional e o domínio metodológico, norteados pelo compromisso social.

Entrevistadores: Você, como docente e pesquisador, trabalhou durante vários anos no PPGE/Unimep no Núcleo de Estudos e Pesquisas Política e Gestão da Educação. Quais foram as disciplinas que você mais gostava de ministrar? Por quê? E quais as temáticas que você mais gostava de pesquisar? Por quê?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: A experiência na Unimep foi sempre marcante pelo clima de compromisso com a educação compartilhado no dia a dia. As disciplinas que enfocavam a política educacional sempre foram de meu agrado; nesse sentido, as reuniões dos docentes e discentes do Núcleo de Estudos e Pesquisas possibilitaram ampliação do conhecimento da área. Destaco, também, a disciplina “Estudos Avançados em Pesquisa Educacional”, obrigatória para os doutorandos e desenvolvida por dupla de docentes (a propósito, partilhei a disciplina com a Maria Cecília C. Ferreira, com a Cecília Góes, com a Roseli Schetzler e com a Maria Nazaré da Cruz), tendo como foco subsídios teórico-metodológicos para os futuros professores doutores exercerem suas funções. Esta disciplina possibilitou o desenvolvimento da pesquisa *Orientadores em foco: o processo de orientações de teses e dissertações em educação* (Liber Livro, 2010), organizada pela Roseli e por mim, contando com a participação de oito doutorandos pesquisadores; a pesquisa teve início nas aulas da disciplina e prolongou-se por mais de um ano.

Entrevistadores: De toda a sua produção intelectual o que mais gosta e o que considera mais relevante? Por quê?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Gosto, reconhecendo suas limitações, da minha tese de

doutorado e dos artigos e capítulos de livros desenvolvidos a partir da temática. Defendi a tese em 1992, e sua temática, que já era importante, ganhou relevância a partir de 1996 com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (*Fundef*) e com a decorrente indução à municipalização do ensino.⁴

Entrevistadores: É possível identificar um fio condutor em sua produção intelectual?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: As questões sobre a descentralização/desconcentração e municipalização do ensino têm sido o fio condutor de minhas pesquisas, orientações, participações em eventos e publicações. No meu doutorado, analisei a descentralização do ensino no estado de São Paulo; já orientei teses e dissertações que analisaram a mesma temática nos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, sudoeste do Paraná; outras decorrências da situação foram analisadas em municípios específicos, como a questão do magistério municipal, a política de educação infantil, formulação e implantação de políticas educacionais, conselhos e financiamento do ensino.

⁴ Alguns artigos e capítulos de livros decorrentes de sua tese de doutorado:

Artigos: 1) Algumas considerações sobre a descentralização do ensino. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 10, n. 1, p. 65-72, 1994; 2) A Emenda Constitucional 14/96, o financiamento e a gestão do ensino brasileiro. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 27-38, 1999; 3) A Emenda Constitucional 14/96 e os municípios paulistas: algumas implicações. **Comunicações**, Piracicaba, v. 5, n. 2, p. 112-124, 1998; Financiamento da educação e controle social: algumas anotações. **Pesquiseduc**, v. 1, p. 113-120, 2009; 4) Federalismo brasileiro: algumas implicações no campo educacional. **Plures Humanidades**, v. 14, p. 315-337, 2013; 5) Relações intergovernamentais na educação: fundos, convênios, consórcios públicos e arranjos de desenvolvimento da educação. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 1031-1047, 2013.

Organização de livros em parceria: 1) **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; 2) **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004; 3) **Conselhos municipais de educação: um estudo na Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Alínea, 2006.

Capítulos de livros: 1) A municipalização do ensino Brasileiro. In: OLIVEIRA, C. de; et al. (Orgs.). **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; 2) A formação do educador e os sistemas municipais de educação. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. da. (Orgs.). **Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico**. São Paulo: Unesp, 1999; 3) O processo de municipalização do ensino fundamental, da primeira à quarta série, em Piracicaba. In: GIUBILEI, S. (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas: Alínea, 2001; 4) Municipalização e gestão municipal. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Orgs.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Campinas: Autores Associados/Universidade Metodista de São Paulo, 2001 (em parceria); 5) Gestão da educação: União, estado/Distrito Federal, município e escola. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002; 6) Algumas questões sobre o Conselho Municipal de Educação. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Formação de educadores: artes e técnicas – ciências e políticas**. São Paulo: Unesp, 2006; 7) Conselhos Municipais de Educação: um estudo na região metropolitana de Campinas. Campinas: Alínea, 2006 (em parceria); 8) A pesquisa sobre municipalização do ensino: algumas tendências. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Orgs.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; 9) Conselhos Municipais de Educação em regiões metropolitanas no estado de São Paulo: uma análise de documentos oficiais. In: MARTINS, A. M. (Org.). **Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças**. Campinas: Autores Associados, 2013.

Entrevistadores: Gostaríamos que você comentasse as principais conclusões e/ou análises que suas pesquisas permitiram desenvolver sobre este tema da descentralização e da municipalização do ensino.

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: O processo de descentralização do ensino caracterizou-se por uma desresponsabilização do governo central e, em muitos casos, dos provinciais/estaduais para com o ensino obrigatório. A União só interveio no ensino inicial em 1817 e 1938 por intermédio da nacionalização de escolas, considerando a segurança nacional; a primeira regulamentação em nível nacional deu-se em 1946, com uma das “Reformas Capanema”. A política de fundos é marcante por preocupar-se com o financiamento do ensino, tendo se constituído em forte indutora à municipalização. Porém, a criação de sistemas municipais de ensino, a critério do próprio município, traz, em muitos casos, problemas quanto à gestão do sistema, qualidade do ensino e desenvolvimento da carreira docente. A questão do público e do privado faz-se presente, não raro, pela compra de vagas na educação infantil, na presença de empresas particulares de assessorias administrativas e na compra de material apostilado. O grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos será compatibilizar a proposta de criação do sistema nacional de educação com a autonomia dos sistemas estaduais, distrital e municipais.

Entrevistadores: Como você avalia os resultados dos processos de descentralização e de municipalização da educação que aconteceram no estado de São Paulo nas últimas décadas em relação à qualidade e à democratização do ensino?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: O ensino paulista era o mais estadualizado do País até meados de 1990. Esta situação é decorrente da opção dos republicanos paulistas de criarem escolas normais e grupos escolares estaduais. A situação foi se modificando aos poucos, registrando-se o afastamento do Estado em relação à educação infantil, a partir da década de 1980, e do incentivo à municipalização do ensino fundamental, a partir de 1995, processo este aprofundado pelo Fundef e, posteriormente, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Enfrentamos, ainda, problemas em relação à qualidade do ensino, às condições de trabalho para os docentes e desafios para tornar o ensino significativo. Quanto à democratização, no sentido de acesso a equipamentos públicos, verificamos problemas de vagas em relação às creches e de evasão e/ou de não demanda quanto ao ensino médio. O ensino fundamental atende à demanda, tendo como grande desafio o seu oferecimento em tempo integral.

Entrevistadores: Segundo seu *curriculum Lattes*, você orientou, até hoje, 37 mestrados e 16 doutorados. Fale um pouco de sua experiência como orientador, dos momentos gratificantes, mas também dos momentos difíceis.

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: A experiência de orientação é, de modo geral, extremamente gratificante. É sempre emocionante encerrar sessões de defesa, conferindo, por delegação da universidade, o título de Mestre ou de Doutor para orientados. É gratificante quando uma dissertação ou tese é publicada, bem como constatar a publicação de artigos delas de-

correntes ou em continuidade. É sempre gratificante quando somos convidados a participar de bancas cujos orientadores foram nossos orientados. Ser “avô” é ótimo. Os momentos mais difíceis, porém não insuperáveis, são os que antecedem a definição do problema, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Entrevistadores: O que considera ser legitimamente uma “problemática educacional”? Quais são os problemas educacionais mais urgentes na atualidade?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Entendo como “problemática educacional” um desafio que deve ser enfrentado, que ainda não está suficientemente resolvido e que seja considerado relevante pelos pesquisadores do campo. Evidentemente, na prática, nem sempre é fácil a determinação do que seja “legitimamente uma ‘problemática educacional’”. No campo das políticas públicas, conforme minha percepção, temos os seguintes desafios: implantação do sistema nacional de educação e estabelecimento do regime de colaboração entre os entes federados; a democratização do ensino básico, conforme já respondido anteriormente; democratização da gestão de sistemas e de escolas; a questão da formação inicial, continuada e carreira do magistério, bem como das condições de trabalho; a questão da avaliação em larga escala e dos *rankings* decorrentes; a questão de valores e da ética, enfim, qual o cidadão desejado.

Entrevistadores: Em sua vida acadêmica, você desenvolveu diferentes atividades administrativas durante muitos anos, como diretor de faculdade, como coordenador de curso de graduação e de Programa de Pós-Graduação. Como foram as gestões desses cargos em sua vida? Você se sentia bem como administrador? Conseguia articular adequadamente teoria e prática na experiência administrativa?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Para mim não é fácil a atividade administrativa, embora a tenha desenvolvido por anos em diferentes níveis. Os enfrentamentos do dia a dia, os interesses em jogo, os limites concretos externos e internos da entidade nem sempre comportam soluções ideais; atingir o possível torna-se, em muitos casos, o limite maior. A articulação adequada entre teoria e prática nem sempre é possível pelos limites da situação e pelas vendas que o momento põe em nossos olhos.

Entrevistadores: Você trabalhou como dirigente municipal de Educação em Santa Bárbara d’Oeste, de 1983 a 1988. Como foi essa experiência administrativa e política? Como era seu contato com os docentes da educação básica do município?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Foi uma experiência marcante, tendo em vista as políticas implantadas no período: descentralização da merenda escolar, criação de conselhos para a administração, municipalização do ensino pré-escolar, extinção do Mobral e criação da Fundação Educar, criação da Undime nacional e implantação da entidade no estado... No período não havia rede municipal de ensino básico, no entanto, trabalhávamos estreitamente com a rede estadual, tendo reuniões periódicas com os diretores escolares, visitando escolas e dando suporte à infraestrutura, suprimindo suas dificuldades. Éramos responsáveis pelo ensino pré-escolar, mantendo uma rede de pré-escolas; é do período a criação do primeiro estatuto do magistério municipal. As creches ficavam sob a responsabilidade do

setor de Promoção Social; somente após a promulgação da Constituição Federal é que passaram a fazer parte do setor da Educação.

Entrevistadores: Você também desenvolveu atividades político-sindicalistas em sua vida acadêmica, como vice-presidente da Adunimep, presidente do conselho da Undime no estado de São Paulo, diretor da Anpae, participante da Anped. Essas experiências foram marcantes em sua vida acadêmica e profissional?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Foram experiências interessantes e marcantes. Na Unimep, vivíamos um período de efervescência, tanto na instituição quanto na afirmação do movimento docente no País; na Undime enfrentamos o desafio de criar a entidade, de preservar um espaço de discussão e de interlocução com a Secretaria de Estado da Educação e com o Ministério da Educação (MEC) e de considerar a especificidade da situação paulista; na Anpae, demos continuidade ao trabalho que se desenvolvia desde a década de 1960; na Anped, travamos contato direto com pesquisadores do campo da educação, vivenciamos a interlocução com o MEC e, como coordenador de Programa de Pós-Graduação, participamos ativamente do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação da Anped (Forpred), fazendo parte de comissões de estudo e de atividades junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Entrevistadores: Tendo acompanhado, com mais ou menos proximidade, momentos distintos de sua trajetória acadêmica e profissional, somos testemunhas da relevância de seu trabalho no campo da Educação e, particularmente, de sua importância – como mestre, educador e orientador – na vida de muitas pessoas. Fazendo uma retrospectiva de sua vida profissional como docente, pesquisador, orientador e administrador, desde 1964, quando você iniciou suas atividades como docente da educação básica, até 2012, quando se demitiu da Unimep e deixou a vida acadêmica, completando 48 anos de magistério: valeu a pena ser professor? Valeu a pena ser educador? Valeu a pena ser pesquisador? Orientador?

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira: Quando iniciei a atividade docente, não tinha clareza se nela permaneceria por tanto tempo. A descoberta desse mundo encantador e desafiante, que é o magistério, deu-se aos poucos, e quando me dei conta, descobri que passei a vida na escola, atuando desde o fundamental, médio, ensino superior, até a pós-graduação. Foi um período de grandes mudanças na área da educação, desde as concepções de ensino-aprendizagem, as mudanças curriculares, a organização do ensino, as reformas educacionais e as concepções e experiências de administração educacional. Valeu a pena. Tanto que não parei. Continuo orientando, concluindo as orientações que estavam em andamento na Unimep, continuo como pesquisador do Laboratório de Gestão Educacional (Lage, da Faculdade de Educação da Unicamp), continuo participando da Anpae e Anped, continuo lendo e escrevendo sobre a educação.

Santa Bárbara d'Oeste, dezembro de 2014.

Submissão 25/06/2015

Aceito 05/08/2015